

Planalto capitula e propõe parlamentarismo em 1989

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, telefonou ontem a lideranças parlamentaristas do Congresso constituinte para propor que o sistema parlamentarista — claramente majoritário na Comissão de Sistematização — seja implantado apenas em novembro de 1989.

O telefonema de Costa Couto é o primeiro sinal concreto de que o Planalto, ciente de que perde a votação pelo menos na Sistematização, se dispõe pelo menos a preservar até 1989 os poderes do presidente, por meio do adiamento da implantação do sistema de gabinete. Na prática, a proposta de Costa Couto joga o parlamentarismo depois de encerrado o mandato de Sarney, na medida em que o próprio presidente pretende ficar cinco anos no cargo, o que levaria à eleições presidenciais em novembro de 1989, com a posse do novo presidente em março de 90.

Proposta

A proposta do ministro não agradou aos parlamentaristas, nem mesmo aos que são contrários à implantação imediata do parlamentarismo. Mas foi devidamente anotada, porque a tática dos parlamentaristas está, agora, claramente desenhada:

1 — Anteontem à noite, decidiu-se, em reunião na casa do líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique da Silveira, que é inútil tentar um acordo sobre os prazos de implantação do parlamentarismo. "Poderíamos ficar trinta anos discutindo e não haveria acordo", resume Saulo Queiróz (PFL-MS). Acertou-se, então, jogar pelo parlamentarismo como norma permanente e deixar o debate sobre a data e mecanismos de implantação para as disposições transitórias.

Essa tática é ajudada pelo sistema de votação na Sistematização: vota-se pela ordem cronológica dos capítulos, o que significa que as disposições transitórias serão as últimas a serem votadas.

2 — Implantando o parlamentarismo nas normas permanentes, o Planalto será obrigado a negociar, para evitar que, no transitório, os constituintes acabem ficando com o parlamentarismo-já.

3 — O grupo peemedebista de centro-esquerda insiste no parlamentarismo-já, mas tende a aceitar algum tipo de composição.

Já o chamado "grupo moderado" do PMDB, comandado pelo senador José Richa (PMDB-PR), propõe este mecanismo: em março de 88, o presidente designa um primeiro-ministro e delega a ele os poderes que quiser. De março de 88 a março de

89, faz-se uma reforma administrativa, que preparará toda a máquina governamental para o novo sistema, enquanto o primeiro-ministro articula com o Parlamento a legislação apropriada para o parlamentarismo. Em março de 89 (seis meses antes da proposta Costa Couto, portanto), entra em vigor o parlamentarismo puro.

Disposição

Sinais da disposição do Planalto para a negociação surgiram ontem não apenas dos telefonemas de Costa Couto, mas da avaliação de diferentes parlamentares:

"O Palácio do Planalto já deu sinais de que quer negociar", diz Euclides Scalco, líder interino do PMDB na Constituinte, que, até anteontem, não anotara um só sinal nessa direção.

"O Palácio do Planalto já está negociando", garante o líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique da Silveira.

Reforça o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB): "O Planalto está dando sinais de que prefere a emenda Bonifácio de Andrada" (essa emenda dá um prazo de três anos para a implantação do parlamentarismo e prevê seis anos de mandato para Sarney). É uma emenda que se assemelha à proposta feita telefonicamente pelo ministro Couto Couto.



O deputado Ulysses Guimarães em seu gabinete

Ulysses prevê derrota do presidencialismo

Do enviado especial a Brasília

"Pelas contas que me chegam, ganha o parlamentarismo, até com certa tranquilidade, na Comissão de Sistematização".

A frase é do deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB e presidencialista histórico — o que dá bem uma medida da maioria clara que o parlamentarismo acabou obtendo, ao menos no âmbito da Comissão de Sistematização.

Ulysses fez a sua avaliação para a Folha no início da noite, ao mesmo tempo em que lamentava que "o acessório tenha se sobreposto ao principal". O dirigente peemedebista referia-se ao fato de que a discussão sobre o sistema de governo está se concentrando mais no prazo de implantação do que, propriamente, no modelo a ser adotado (parlamentarismo ou presidencialismo). E essa constatação reforça o favoritismo do parlamentarismo, pois o que se discute já não é se será adotado, mas quando. (CR)

Parlamentaristas definem tática para a Sistematização

Da Sucursal de Brasília

Em reunião que durou quase seis horas, o grupo suprapartidário de parlamentaristas definiu a tática que será utilizada para tentar modificar o parlamentarismo "puro" proposto no substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Entre os quase vinte destaques apresentados à Comissão de Sistematização o grupo dará preferência àqueles que fortaleçam o papel do presidente da República, dando-lhe poderes para demitir o primeiro-ministro, em situações críticas e com autorização expressa do Conselho da República.

Aproveitando partes das emendas apresentadas à Comissão de Sistematização pelo deputado Egídio Ferrei-

ra Lima (PMDB-PE) e pelos senadores Chagas Rodrigues (PMDB-PI) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ), decidiram dar preferência na votação dos destaques para a eleição direta para presidente da República, o qual poderá indicar duas vezes o primeiro-ministro. Se a Câmara rejeitar o nome pela segunda vez e não apresentar um terceiro por maioria de dois terços, é dissolvida. Pela proposta, a Câmara também é dissolvida se, em situações de crise, negar-se a dar voto de confiança ao primeiro-ministro. Neste caso, a queda do primeiro-ministro implicará em renovação também da Câmara. Nas disposições permanentes, o grupo pediu ainda destaque para mandato de cinco anos para o próximo presidente.

Campanha pelas presidenciais passa a um plano secundário

JOÃO BATISTA NATALI
Enviado especial a Brasília

A morna campanha pela antecipação das eleições presidenciais está para sofrer um par de novos golpes, diretamente ligados à polêmica gerada entre os constituintes em torno do sistema de governo. Em suma:

1 — Para garantir a aprovação do parlamentarismo, o colegiado do vice-líderes do PMDB, embora nenhum de seus integrantes o admita abertamente, está disposto a aceitar um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. O senador Mário Covas (PMDB-SP), líder de seu partido no Congresso constituinte e também desse grupo, ainda não foi consultado sobre a necessidade dessa mudança estratégica, que favoreceria uma fórmula consensual no bloco parlamentarista.

2 — O PDT continua subindo aos palanques, como no comício efetuado ontem à noite em Goiânia (GO). Mas o líder daquele partido na Câmara, Brandão Monteiro (RJ), 49, centro-esquerda, disse ontem à Folha que, em lugar da defesa de um mandato de quatro anos para Sarney, a prioridade agora era outra: combater o parlamentarismo proposto pelo segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), "porque o texto instaura a ditadura dos peemedebistas e, prevendo o segundo turno das eleições presidenciais no Congresso, acaba recriando o Colégio Eleitoral".

A postura do PDT aumenta ainda mais o fosso que o separa do pequeno PC do B, que também participa da campanha e é favorável ao parlamentarismo. Seu líder na Câmara, Haroldo Lima (BA), 47, esquerda, voltou ontem a acusar o ex-governador Leonel Brizola de, com a oscilação de seu partido, pretender que a sucessão de Sarney não ocorra em novembro do ano que vem, pois em 1989 disputaria o Planalto em condições eleitoralmente mais favoráveis.

No fogo cruzado verbal, o pedetista Brandão Monteiro aproveitou para ameaçar "denunciar publicamente" os peemedebistas ligados a Covas, caso eles aceitem, em nome do gradualismo, cinco anos para o atual presidente. Uma aceitação que a Folha apurou estar sendo encaminhada, por mais que o grupo, em suas declarações, mantenha-se na ortodoxia das "diretas já". O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), 44, centro-esquerda, substituto de Covas, disse ontem, por exemplo, que o período de transição para a nova forma de governo poderia se dar no quarto e último ano do mandato de Sarney. Mas, sintomaticamente, nenhum orador "covista" participou ontem do comício de Goiânia.

O recuo do grupo de Covas é admitido pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), 41, representante de seu partido no Comitê Nacional Pró-Diretas, que no entanto afirma sua disposição de prosseguir na campanha "que vem sofrendo percaucos". "Ressuscitaram o Colégio Eleitoral no substitutivo de Bernardo Cabral, e isso pode nos dar uma injeção de ânimo", diz ele.

É idêntico o raciocínio do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), 48, centro-esquerda, que aproveita para acusar "a péssima vontade" de seu partido com o qual está em acelerado processo de ruptura, pela não decolagem da campanha, nos moldes em que ela se desenvolveu há três anos.

Lyra integra o pequeno Movimento de Unidade Progressista (MUP), tão pequeno no Congresso, como a bancada do PT, também engajada na antecipação da sucessão presidencial. Só que "a campanha precisa de bandeiras populares, apontando as saídas para a crise", diz o deputado José Genoíno (SP), 41, cujo partido decidiu, no último fim de semana, adiar de 9 de outubro para 4 de novembro o comício a ser promovido em São Paulo.